

Inferências: a força persuasiva dos retratos, reforços e formação de comportamentos sociais

Reginaldo Nascimento Neto¹

¹Centro de Educação, Comunicação e Artes – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

nadynhu@bol.com.br

Resumo. *Este artigo pretende defender que as inferências lingüísticas têm força persuasiva capaz de retratar, reforçar e estabelecer condicionamentos sociais de forma sub-reptícia. Parte-se do pressuposto de que a manipulação de processos inferenciais pode instilar veladamente silhuetas ideológicas múltiplas anulando o arbítrio da individualidade. Após expor que os textos escritos são estruturas permeadas de poros e ambigüidades, discute-se o papel da inferência como dispositivo que preenche as lacunas textuais com significado e coerência em conformidade ao conhecimento previamente estabelecido durante a primeira socialização que, via linguagem, cunha os arbítrios mentais que determinarão seus juízos de valor e significação de mundo. Nesse sentido, buscou-se respaldo teórico nos escritos de Pinker (1997), Chemiak (1983), Vigotsky (1993), e Dennet (1987) no que concerne ao funcionamento do pensamento; Silva (2001), Charaudeau (2007), quanto ao discurso e persuasão; Labov (1994), Damke(1992), no que trata a sociolingüística, Goffman (2002), Bourdieu (2005) Berger e Luckman(1994) quanto à relação linguagem e sociedade, Lipton (2004), Sperber & Wilson (1995), Goodman (1970), Kleiman (1989), Koch (1993) e Marcuschi(1994) referente à inferência. Segue-se a perspectiva sócio-cognitiva concluindo-se que a leitura centra-se no leitor. É nele que ocorrem as inferências, isto é, o leitor é quem completa, sob a égide das pistas lingüísticas, os poros inerentes a um texto por meio de conhecimentos partilhados ou situados que lhe são acumulados desde a socialização primária.*

Abstract. *This paper intends to defend that linguistic inferences has tacitly persuasive power capable to portray, reinforce and establish social conditionings. It starts on the presupposition that processes of inferences manipulation can introduce several ideological outlines that nullify the individuality arbitration. After showing that texts are structures full of gaps and ambiguities, it discuss the inference role as a dispositive that fulfil those textual gaps with meanings and coherence in accordance with the previously interiorized knowledge during the first socialization, and by mean of language, mark neural ways that will cooperate for the world signification and the individual's judgments of value. So, it is built on the theoretical base written by Pinker (1997), Chemiak (1983), Vigotsky (1993) and Dennet (1987) concerning to the thought mechanism; Silva (2001), Charaudeau (2007), about discourse and persuasion; Labov (1994), Damke(1992), on sociolinguistics; Goffman (2002), Bourdieu (2005) Berger e Luckman(*

1994) when they treat about the relation of language and society; Lipton (2004), Sperber & Wilson (1995), Goodman (1970), Kleiman (1989), Koch (1993) e Marcuschi(1994) about inference. It follows the socio-cognitive perspective and it concludes that the act of reading is centred in the reader. The inferences occur in him/her, i/e., the reader complete, by mean of language clues, the text gaps with situated or shore knowledge accumulated since first socialization.

Palavras-chave: inferência; força persuasiva; texto

1. Introdução

A escrita é um legado técnico cultural das civilizações primitivas à humanidade cujo aperfeiçoamento vem acontecendo por meio de um processo longo e paulatino desde seu surgimento há seis mil anos.

No entanto, a despeito dos recentes avanços obtidos pelo estudo da lingüística no que se refere ao estreitamento entre a representação gráfica e o significado, é impossível a essa invenção, suprir o texto com a plenitude de informação necessária capaz de convertê-lo em uma construção exata e inequívoca de sentido único.

Decorre daí que, os problemas de ambigüidade, frutos de polissemia, homonímia e demais vaguezas, promovem descontinuidades que tornam o texto repleto de poros, portanto, imanentemente rarefeito e incoerente.

A palavra ambigüidade é sinônima de anfibologia e deriva dos termos gregos *αμφιβολία* (amphibolia) e *λογος* (logos), raízes que significam respectivamente “duplo” e “palavra ou significado”. Lyons (1981) explica que ambíguo é um signo que codifica mais de uma informação. Além dos signos, é claro, as estruturas frásticas também podem promover ambigüidades. Então, como pode ser lógico um termo ou referencial que possui duas ou mais variantes?

O trecho abaixo exemplifica a ambigüidade de construção frástica.

Exemplo 1

"O presidente americano (...) produziu um espetáculo cinematográfico em novembro passado na Arábia Saudita, onde comeu um peru fantasiado de marine no mesmo bandejão em que era servido aos soldados americanos."
(Veja, 09/01/91)

O exemplo 1 permite mais de uma interpretação. Uma delas é que o presidente em questão tenha comido um peru que estivera vestido com o uniforme de fuzileiro naval. Para tanto, vestido seria entendido como predicativo do objeto direto - um peru, e não como predicativo do sujeito - o presidente. Outro entendimento possível, procedente estritamente do lingüístico, indica que o presidente é que fora servido no bandejão aos soldados. Esta possibilidade de interpretação gera-se pela elipse do sujeito do verbo ser conjugado na frase. Quem era servido aos soldados? O peru, ou o presidente?

Por outro lado, uma tentativa de hermetizar os poros textuais com o maior número possível de elementos coesivos, apostos, explicações e definições, opilaria ainda mais a compreensão do texto, gerando para cada fissura supostamente obturada, outro número de descontinuidades.

Nessa mesma perspectiva, compreende-se que dada essa deficiência da escrita de, por si só, não completar significativamente as fissuras da ação comunicativa, a comunicação não ocorre somente por meio de habilidades lingüísticas.

É bem verdade que a busca pela inserção de pronomes coesivos, esmero na adequação lexical, pretensa obediência sintática e encadeamentos conjuntivos reduzem a extensão hiatal entre o escrito e o entendido, porém, estes elementos não dão conta unilateralmente de propiciar coerência à língua. São necessários elementos extralingüísticos, isto é, discursivos para garantir a coerência e conseqüente compreensão mais pertinente do significado do texto. Isso se dá porque a língua não é autônoma. (Marcuschi, 2000; Lakoff, 1977).

É bem verdade que o pensamento humano compartimentaliza os saberes como forma de facilitar a compreensão dos fenômenos epistemológicos, porém demarcar suas áreas limítrofes não é tarefa fácil, pois a tênue linha imaginária que separa as extensões exatas do domínio de cada conhecimento não existe.

Nesse contexto, as ciências imbricam-se e produzem uma intersecção cujas bordas mesclam em uma penumbra, os limites esparsos de cada estudo.

A partir do conceito de que o todo é maior que a soma de suas partes, focar-se na distinção entre onde se encerra um domínio e começa outro é não ver a floresta devido à proximidade da árvore. Sendo assim, também a mecânica das palavras e o movimento pragmático que elas realizam fundem-se em cooperação mútua e estabelecem um sistema simbiótico de propósitos funcionais.

Koch (1998) considera as relações do tipo lógico-semânticas estabelecidas entre as orações de um determinado enunciado como plenamente distintas das relações discursivas. No entanto, definir fronteiras entre o conteúdo proposicional e a intenção discursiva não é conveniente, pois as características dos enunciados relativos a cada modalidade prescrita pela autora fundem-se freqüentemente quando os conectivos interfrásticos são empregados sob a ótica discursiva conforme será demonstrado adiante.

Por relações lógico-semânticas, Koch (1998) denomina o conjunto de orações cuja ligação ocorre por meio de sinais conjuntivos de significado fixo absoluto, enquanto que, por relações discursivas, a autora diz manifestarem-se quando dois enunciados distintos são encadeados por conjunções (termo empregado por Halliday e Hasan) as quais estabelecem valor relativo conforme os propósitos pragmáticos do enunciado.

No que concerne a definir fronteira entre o conteúdo proposicional e a intenção discursiva, constata-se que não é possível dissociar o aspecto argumentativo do discurso, pois sua finalidade sempre é funcional ou pragmática.

O significado ocorre quando a associação de orações produz uma relação inferencial sistêmica maior que a soma de suas parcelas, ressaltando-se então, o sentido gerado pela combinação das orações. Sendo assim, urge destacar que não é só o

conectivo que determina o tipo de classificação relacional existente na frase, mas seu contexto e o conhecimento intuitivo ou inferencial que o falante tem da língua.

A despeito dessa evidência, (da não imanência semântica estanque da língua) Dascal (1986) bifurca o sentido de uma enunciação em significado e significação, haja vista sua tentativa estruturalista de defender a imanência semântica da língua, ou seja, a existência de conteúdo proposicional dissociado do contexto de seus interlocutores.

Para esse autor, o significado é confinado ao conteúdo proposicional da enunciação, e significação seria a integralização dos elementos externos do texto ao conteúdo proposicional.

Assim vê-se forçado a consentir que os elementos externos conferem sentido ao texto, embora posicione o conteúdo proposicional no nível mais profundo do sentido e, as implicações, no nível mais superficial.

Charaudeau (2007) declara a inexistência da comunicação de forma alheia ao social quando a compara por oposição com os elementos físicos da realidade material, cuja existência independe do homem, embora a significação da matéria vincule-se à percepção deles oriunda. Então, afirma que, “a informação é pura enunciação” ao postular que “ela” (a informação) “constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento.” (CHARAUDEAU, 2007, p. 36)

No prisma estruturalista, o escopo de uma resposta deve encaixar-se na estrutura da respectiva pergunta e não na sua inferência comunicativa, isto é, a linguagem deve encarrilhar-se por sulcos modelares formais como no exemplo (2 a e 2b).

- 2a. Você gosta de tomar café depois do almoço?
- 2b. Sim, eu gosto de tomar café depois do almoço.

Note-se o empobrecimento comunicativo do exemplo (2b). A resposta, embora satisfaça logicamente a pergunta (2a), em seu aspecto comunicativo causa estranheza e oportuniza uma interpretação inferencial acintosa e hostil ou zombeteira. Assim, reparem-se as possibilidades de réplica fruto de inferenciação:

- 2a. Você gosta de tomar café depois do almoço?
- 2c. Eu não gosto de café.
- 2d. Eu nunca almoço.
- 2e. Sim, aceito. Obrigado.
- 2f. Não. Só pela manhã.
- 2g. Eu parei de fumar.
- 2h. Sou brasileiro.
- 2i. Sofro de gastrite.

Em 2c, o interlocutor faz inferir que não toma café em nenhum momento, pois não gosta de café. No entanto, em 2d, a justificativa para não tomar café após o almoço não decorre de gostar ou não de café, mas dado o motivo do interlocutor de não almoçar.

Diferentemente, em 2e, a pergunta faz inferir um oferecimento de café, que é aceito pelo interlocutor. No exemplo 2g depende-se fortemente de percepção inferencial para a coerência da resposta. Decorrente do conhecimento partilhado de que o café desperta o desejo de fumar dadas suas propriedades palatinas que rememoram a nicotina, a elocução: parei de fumar implica em que, embora aprecie café, o interlocutor também parou de tomar café para facilitar sua abstinência do tabaco.

No exemplo 2h, parte-se do conhecimento de que o Brasil é, não só um grande produtor, bem como exportador de café, para fazer inferir que esse produto é também necessariamente consumido por aqueles que sejam brasileiros.

Por fim, no exemplo 2i, a inferência ocorre em função de uma dedução de causa e consequência, porque o café irrita as mucosas estomacais, conhecimento recuperado do conhecimento enciclopédico, portanto, a despeito de gostar ou não de café, o interlocutor priva-se de bebê-lo para não sentir dor oriunda da gastrite.

Todas as respostas acima evocam a competência inferencial para sua significação. Portanto, procedentes de uma esfera mais profunda de coerência que simplesmente a frase em si. Isto é, o significado localiza-se em nível mais profundo que na superfície frasal.

Pascal Ide (1997) relata que “Um cartaz nos muros de Paris representava o Sr. Calonne, ministro das finanças daquele país, cercado de contribuintes e dizendo a eles: ‘Eu os reuni para perguntar com que tempero vocês querem ser devorados’. Mas não queremos ser devorados’, eles respondiam. ‘Vocês não estão respondendo à questão’, concluía o ministro.” Note-se que, do ponto de vista estrutural, a resposta dos contribuintes era ilógica de fato.

Labov (1994) percebeu a esfera mais profunda da linguagem ao considerar que não é correto centrar-se no que seja estritamente lingüístico se se quer explicar que forças agem na língua. Ele afirma que o modo como a língua está inserida na sociedade deve ser considerado pois muitos fenômenos aparentemente aleatórios são explicados de forma bastante óbvia.

Conforme Damke (1992), nota-se que a linguagem é o resultante do entrelaçamento mútuo da estrutura, do ato ilocutório e da finalidade social.

Damke (1992) declara que “a língua só existe quando dentro de um fato social” o que lhe concede fôlego de vida e vem à existência, portanto, permite-se implicar que a língua só existe quando em uso:

A língua/linguagem, no seu aspecto social, é o elemento indispensável para a comunicação e interação dos indivíduos dentro de seu grupo. Deduz-se que a língua não existe em si só, não pode pois, ser definida simples e unicamente como um código de sinais. A língua/linguagem somente existe e se realiza de fato em situações sociais. (DAMKE, 1992, 21)

Nessa perspectiva, compreende-se que é impossível à língua/linguagem, dissociada dos contextos sociais nos quais ela está inserida, ser plenamente significativa, pois há vãos lingüísticos que não podem ser totalmente preenchidos pela língua. Daí requer-se um sistema capaz de suprir tais lacunas e gerar significação.

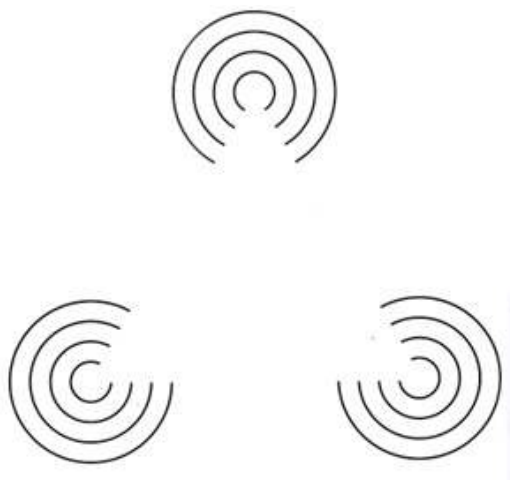
2. O que é inferência

Dada essa deficiência da língua de, por si só, não completar significativamente as fissuras da comunicação, o cérebro humano, que possui propriedades capazes de preencher as lacunas lingüísticas, compensa essa inaptidão natural da língua, completando os poros lingüísticos por meio de comparações com significados previamente conhecidos, embrionários ou resultantes de inferências.

Para tanto, a mente humana é um platô fotográfico que, além de capturar e armazenar os milhares de dados do ambiente, constrói também, novas informações a partir de conexões neurológicas denominadas de sinapses e que possibilitam as inferências.

Um dos mais importantes recursos do cérebro humano é sua capacidade de fazer essas conexões com propósito de gerar cognição. Não resta dúvida que tal capacidade viabiliza a significação do mundo, e que pode ser exemplificado pelos textos escrito e visual abaixo.

Exemplo 3



No exemplo 3, apresenta-se a figura conhecida como triângulo de Kaniza¹ para demonstrar como o cérebro faz inferências inserindo a imagem de um triângulo onde ele não existe de fato. O cérebro preenche a informação que falta segundo o modelo que lhe é conhecido.

Segundo Pinker (1998), o cérebro humano é dotado de peculiaridades aparentemente simples como enxergar, andar, segurar objetos de diversas formas e consistências, pensar, etc. mas que são, de fato, competências por demais complexas.

Para ele, O mundo que se projeta ante os olhos humanos é um mosaico ou uma colcha de minúsculos retalhos sombreados cuja percepção das bordas e fronteiras

¹ Figura que recebe o nome do psicólogo italiano Gaetano Kanizsa, que primeiro o descreveu.

multidimensionais, assim como as lacunas e espaços vazios interpostos às imagens, exigem operações mentais de alta especificidade.

Assim, sugere o autor que a harmonia entre o que o mundo é e o que ele aparece ser dá-se por meio de uma operação neural. Concernente à percepção de profundidade, os olhos aplanam a terceira dimensão ao nível de duas imagens retilíneas bidimensionais e o cérebro a reconstitui.

Para esclarecer como o cérebro reconhece objetos, imagens, rostos, etc. com o propósito de poder denominá-los, Pinker (1998) defende a idéia do construto neural chamado de gabarito ou molde. Segundo ele, o cérebro duplica a silhueta de cada objeto e cunha-lhes gabaritos. E que, quando uma imagem é projetada na retina, o cérebro procura o gabarito padrão a que ela pertence e ajusta-a ao cognoscível. Porém lembra que esse mecanismo, desprovido de outras competências mentais, oferece diversos problemas, como por exemplo, a identificação equivocada da imagem ou do gabarito. A demonstração desse problema dá-se quando uma imagem encaixa-se no gabarito errado, como por exemplo, a letra R e a letra A, encaixam-se no gabarito da letra P.

Embora defenda a teoria dos gabaritos, onde “é necessário que os objetos sejam agrupados em categorias com a finalidade de relacionar um objeto em foco com o conhecimento adquirido de objetos semelhantes cuja informação já esteja arquivada”, Pinker (1998) admite que “a tarefa de estabelecer critérios para agrupar objetos semelhantes em uma dada categoria é fadada ao fracasso exemplificando com o conceito de “solteiro” em um contexto de aptos ao convite de uma festa patrocinada por um grupo de garotas que procuram um par para flertar:

. Conceito 1. Arthur, vive feliz com a família composta por duas filhas e sua companheira Alice. Embora nunca se tivessem casado oficialmente.

. Conceito 2. Bruce, para se ver livre da convocação do serviço militar, forja um casamento com sua amiga Bárbara, com quem nunca se relacionou na função de esposa. Assim que encontrar uma namorada com quem queira de fato se casar, solicitará a anulação de casamento pró-forma com Bárbara.

. Conceito 3. Charlie mora com os pais, tem 17 anos e estuda o Ensino Médio.

. Conceito 4. David tem 17 anos. Saiu da casa dos pais aos 13 anos, abriu um negócio e é um empresário bem sucedido. Vive uma vida de Play-boy morando na cobertura de um prédio de luxo.

. Conceito 5. Eli e Edgard são um casal de homossexuais e vivem como marido e mulher a cinco anos.

. Conceito 6. Faisal, um sheik árabe, é autorizado pelas leis de seu país a ter várias esposas. Possui duas e está interessado em conhecer alguém que se torne a terceira.

. Conceito 7. Padre Gregory, pároco de uma catedral católica em Londres.

No conceito de solteiro como, “homem adulto que nunca se casou” não está o significado mais pertinente quanto a quem se enquadra nessa categoria a fim de convenientemente ser convidado para a festa. Saber quem é solteiro é uma questão de inferência. Portanto, inferência não é algo irrelevante ou etéreo e nem pode ser ensinada.

Nenhum banco de dados poderia arrolar todos os fatos que conhecemos *tacitamente*, e ninguém jamais nos ensinou esses fatos. (...) Se Sheila está viva às nove da manhã e está viva às cinco da tarde, também estava viva ao meio-dia. (PINKER, 1998, p. 24)

É óbvio que, poder-se-ia pensar nos famosos surtos de catalepsia, ou ressurreição por choque, mas se nada disso ocorreu, a conclusão inferencial é válida e possui seu caminho sensatamente sulcado e registrado no cérebro humano.

O autor conclui dizendo que “é mais razoável supor que ‘o equipamento mental’ possua uma lista de verdades fundamentais, bem como um conjunto de regras para deduzir implicações.

Haja vista essa capacidade inerente do cérebro em preencher vazios de significado, Peirce (2005) manifesta que “tudo aquilo que for totalmente incomparável a alguma outra coisa é totalmente inexplicável porque a explicação consiste em colocar as coisas sob leis gerais ou sob classes naturais.”

Assim, Peirce (2005) acredita que o significado para o cérebro humano consiste num sistema de representações associativas a ele familiares, quando afirma que:

Finalmente, nenhum pensamento presente concreto tem significado algum, valor intelectual algum, pois estes residem não naquilo que é realmente pensado mas naquilo a que este pensamento pode ser conectado numa representação através de pensamentos subsequentes de forma que o significado de um pensamento é, ao mesmo tempo, algo virtual. (PEIRCE, 2005, p.272).

Lakoff & Johnson (2002) corroboram essa idéia quando sustentam que “não somente a linguagem, mas todo o sistema conceitual do pensamento humano é metafórico, isto é, representativo” e afirmam que “nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não somente pensamos, mas agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza”.

Smith (1989) afirma que “vivemos em um mundo que o cérebro cria, em vez de, em algum mundo concreto que existe independentemente de nós.”

Dessa forma, para melhor se entender o processo mental de preencher com significado os intervalos comunicativos existentes entre a linguagem e o pensamento, exige-se o estudo das inferências comunicativas - uma esfera sublime da linguagem.

Goffman (2002) afirma que as inferências estão imbricadas na comunicação da vida cotidiana e que elas são “sumamente importantes, pois ninguém dirige sua vida. De acordo com ele, todas as decisões não são tomadas por modo científico, mas por inferências.” (GOFFMAN, 2002. p. 13).

Para Bakhtin (2000), todos os costumes compartilhados e as práticas sociais são transmitidos pela linguagem, “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua.” Mas, a linguagem possui a esfera do implícito, que faz a informação sub-reptícia penetrar na mente do indivíduo produzindo inferências.

Enquanto Berger e Luckman (1994) chamam as inferências de “compreensões tácitas”, Foucault (1966) apresenta-as como “vãos” interpretativos que necessitam ser “sulcados” por conectivos e faz uma analogia entre a leitura de mensagens ocultas no discurso com a forma dos homens perscrutarem, por meio de sinais, os mistérios escondidos na natureza.

A afirmação de Foucault (1966) de que há inferências no mundo natural e no mundo da linguagem que devem ser sondadas pela ciência, deve-se a sua visão de que “as línguas estão com o mundo numa relação mais de analogia que de significação” quando expressa que “tudo que se descobre de oculto nas montanhas por meio de correspondências exteriores”.

Marcuschi (2000) considera o processo inferencial importante na constituição do significado enquanto Otoni (1998) percebe o fenômeno da inferência como um performativo mascarado ao mencionar que “detrás de cada afirmação há sempre uma forma não explicitada”.

Para Fiorin(2006), o exemplo de inferência é um tanto mais amplo ao considerá-la um fenômeno similar ao implícito que pode ser resgatado na construção frasal.

Certos enunciados têm a propriedade de implicar outros. Assim quando se diz João é meu sobrinho, esse enunciado implica sou tio de João; quando se afirma Se tivesse chovido, não haveria falta de energia, essa afirmação implica que não choveu e há falta de energia. Essas implicações derivam dos próprios enunciados. No entanto, em muitos casos, a comunicação não é literal e, por conseguinte, só pode ser entendida dentro do contexto. Nesse caso, os falantes comunicam muito mais do que as palavras da frase significam. (FIORIN, 2006)

Kurland(2000) define inferência como uma leitura de intenções ou como “ um processo mental pelo qual se chega a uma conclusão baseada em evidência específica”.

Ratcliff(1992) refere-se à inferência como “alguma peça de informação que não é explicitamente declarada em um texto”, mas, Beaugrande e Dressler (1981) é que exibem a inferência como “operações mentais que consistem em suprir conceitos e relações razoáveis para preencher lacunas e descontinuidades em um mundo textual.”

Os conceitos acima advém das pesquisas de Goodman (1967) quem primeiro postulou que a adivinhação é elemento integrante da compreensão do texto.

Para esse autor, a “leitura é um jogo de adivinhação psicolinguística, pois envolve um processo interacionista entre o pensamento e a linguagem.” Dessa forma, a leitura proficiente não derivaria da percepção e identificação exata de todos os elementos, mas sim, da competência de selecionar o menor número possível de pistas, altamente produtivas, que fossem capazes de gerar, antecipadamente, a adivinhação correta, pois, a habilidade de antecipar o que ainda não fora visto provou-se vital ao ato de ler.”

A leitura é um processo seletivo. Ela envolve o uso parcial de pistas linguísticas mínimas disponíveis selecionadas a partir do estímulo perceptivo oriundo da expectativa do leitor. Na medida em que esta informação parcial é

processada, decisões experimentais são tomadas para que sejam confirmadas, rejeitadas ou refinadas nos processos de leitura. (GOODMAN, 1967, p.08)

Nessa perspectiva, os avançados estudos da Física no campo da ótica humana revelam que um mesmo objeto, observado de ângulos diferentes, produzirá impressões diferentes. É conhecido pelos estudiosos da psicologia cognitivista um quadro bicromático que funde a imagem de uma mulher idosa encapuzada até a metade da face, com a silhueta de uma jovem que fita o horizonte. Visto por um grupo misto de pessoas, esse quadro provoca, segundo idade, sexo, cultura e geografia, diversidade de percepções. Portanto, também no uso da linguagem, a variedade de percepções que podem surgir sobre um só assunto está atrelada à carga conceitual oriunda da sociedade, educação e costumes. Elementos estes que formam a “lupa” através da qual, os pontos de vista e visões de mundo do indivíduo são cristalizados. Assim, sub-repticiamente, a linguagem maquia, reveste, ou pinta os esquemas mentais que abarcam os princípios conceituais fossilizados do indivíduo.

Atrelado a esse fato, muitas pesquisas comprovam que ler é estar apto a, ativamente reunir significados situados em um ou mais discursos literários específicos. Não há leitura no geral, pelo menos nenhuma que conduza ao pensamento e à ação no mundo.

Portanto, a leitura centra-se no leitor. É nele que ocorrem as inferências, isto é, o leitor é quem completa, sob a égide das pistas lingüísticas, os poros inerentes a um texto por meio de conhecimentos partilhados ou situados que lhe são acumulados desde a socialização primária.

3. Inferências a partir do conhecimento de mundo

Segundo Durkheim (1978) “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e, em virtude da qual, torna-se membro da sociedade”. É, portanto evidente, que essa socialização tenha maior valor na construção de significados para o indivíduo.

Berger e Luckman (1994) defendem que a interiorização da linguagem é fundamental ao declararem que “ a linguagem é que tem de ser interiorizada acima de tudo, pois com a linguagem; e por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido”.

Assim, a linguagem, depois de interiorizada, passa a configurar os arbítrios mentais do indivíduo e a determinar seus juízos de valor. Bourdieu (2005) torna evidente essa correlação entre linguagem e formação de arbítrios ao exprimir que “os esquemas lingüísticos e intelectuais determinam muito mais o que os indivíduos apreendem como digno de ser pensado e o que pensam a respeito” sua justificativa para isso decorre do fato de que esses “esquemas lingüísticos” operam fora do alcance da consciência crítica do indivíduo, sendo assim, ele é completamente alheio a essas amarras.

No entanto, os princípios interiorizados e assimilados no contexto social acionam a competência intrínseca da mente de fazer conexões, denominadas de sinapses, com o propósito de compartilharem as informações disponíveis na rede neural para gerar inferências por meio das quais ocorre a compreensão.

Seguindo esse raciocínio, a compreensão não vem a indivíduos isolados, mas por aderirem ao mundo em que os outros indivíduos já vivem e que serve de material para o desempenho das inferências. A partir daí, além de compreenderem os contextos e as definições dos sentidos, os indivíduos passam também a conceituá-los segundo seus juízos de valor previamente assimilados.

Para Bakhtin (2000), todos os costumes compartilhados e as práticas sociais são transmitidos pela linguagem, “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua.” Mas, a linguagem possui a esfera do implícito, que faz a informação sub-reptícia penetrar na mente do indivíduo produzindo inferências. Para esse autor, por inferências na socialização primária “um conjunto quase homogêneo de valores da sociedade instala-se na mente do indivíduo e é aceito como padrão único de atuação.” Quando esse paradigma inferido é reforçado, personifica-se um senso coletivo, pois em “toda época, em cada uma das épocas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções etc. Há sempre certo número de idéias, diretrizes que emanam dos ‘luminares’ da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem.”

Ao se considerar que, conforme Berger e Luckmann (1994), “É a linguagem que tem de ser interiorizada acima de tudo. Com a linguagem; e por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido...”, cabe a dedução de que as crenças sociais assimiladas por inferências perpetuam-se mais indelévels que as comunicadas pelo explícito, portanto vale supor que as palavras e as inferências têm força motriz efetiva capaz de suggestionar pensamentos, comportamentos bem como ações individuais e coletivas moldando e as práticas sociais.

Block (2007), ao citar du Gay no que concerne à definição de discurso, parece concordar com a suposição de que, através da língua, as práticas sociais podem ser moldadas:

“Pelo termo ‘discurso’ ...[os teóricos] referem-se a um conjunto de declarações que uma língua proporciona à discussão de algum tópico e uma maneira de produzir um tipo particular de conhecimento sobre um tópico. Assim o termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da língua e da representação como a maneira em que o conhecimento é institucionalizado, moldando as práticas sociais e estabelecer novas práticas ao jogo.” (BLOCK, 2007 apud du Gay, 1996:43)(itálico meu).

Berger & Luckmann (1994) corroboram com o estudo da relação de influências entre a sociedade e a linguagem, alegando que “a linguagem realiza”, (no sentido de fabrica, constrói e gera) “o mundo”.

A Linguagem da pintura, literatura, escultura, ou seja, toda sorte de produção artística não só retrata e reforça os conceitos e contextos de um povo, mas também introjeta inferências que influenciam a geração de novas silhuetas sociais.

Bourdieu (2005) tece com muita propriedade sua defesa de que os esquemas lingüísticos determinam pensamentos e ações em uma escala maior que a percebida porque atuam fora do alcance das tomadas de coerência crítica.

Apresentam-se abaixo fatos relativos ao retrato e reforço de práticas sociais por meio de inferências desde os registros rupestres, passando pela arte barroca, nos jargões da cavalaria, nas linhas retas dos Iorubas, na arte cubista, na língua grega, na hierarquização japonesa e na presunção americana.

Pode-se constatar a introjção de inferências que influenciam a sociedade e, por ela, são influenciadas, ao se analisar o fato, por exemplo, dos registros rupestres pós período pictográfico da escrita.

Em um dos registros rupestres do período ideográfico da escrita, encontra-se o desenho de um triângulo púbio, circundado por montanhas e um arco parabólico. Esse ideograma é a designação de escrava. O ideograma que representava uma escrava era significativo para aquela sociedade, pois toda mulher oriunda de além montanhas era estrangeira. O motivo óbvio para uma mulher viver longe de seu povo seria o cativo, portanto, escrava. Ao se contemplar o ideograma referente à escrava, não só a prática social de xenofobia era retratada como também condicionada e reforçada.

Durante a Idade Média, impregnada com os conceitos de certo e errado absolutos sugestionados pela igreja católica, a arte retratava sempre esse princípio nos quadros repletos de contrastes de preto e branco; claro e escuro; brilhante e opaco. A arte Barroca, além de esboçar os conceitos eclesiásticos, sub-repticiamente ensinava e fortalecia os pilares ideológicos medievais porque inseriam a inferência de “único mundo”.

Também com o propósito de reforçar um “olhar da época” nos indivíduos, a pintura do Séc. XV na Itália, segundo Geertz (1997) era religiosa nas causas e nos efeitos que se dispunha a incutir.

Berger e Luckmann (1985) falando de como os jargões classistas retratam e moldam os grupos coletivos descreve o exemplo de como a cavalaria e sua linguagem divergem da linguagem usada pela infantaria, o que garante riqueza de sentido a uns mas são obtusos para outros.

Para clarear suas palavras sobre o saber local, Geertz (1997) apresenta que, para o povo Ioruba, uma linha reta, segundo Robert Faris Thompson, significa a precisão linear e, assim, tanto os que preparam a arte como os seus avaliadores têm preocupação primeira com a linha reta, além do que o próprio vocabulário Ioruba evidencia o foco de preferência pelo retilíneo sendo sutil e extenso.

Diferentemente do que poderia significar civilização para o Ocidente, na cultura Ioruba, conforme Geertz(1997), ter cicatrizes retas na face implica em civilização pois, na maneira de ver dos Iorubas, a cicatriz é sinônimo de civilização porque a reta retrata o desmatamento para a criação do progresso; das ruas agrícolas para a colheita, etc.

Geertz (1997) alude a observação de Baxandall sobre o fato de que “só a partir do Séc. XIX as mercadorias passaram a ser embaladas em recipientes padrão. Portanto, “antes disso”, dada a diversidade de recipientes, “ a capacidade de calcular o volume de cada recipiente de forma rápida e precisa era condição essencial para que qualquer

empresa progredisse.” Permite-se extrair a idéia de que a Arte e a vida cotidiana interagem intimamente, e que os comerciantes que calculavam o volume de pacotes bidimensionais tinham pré-condições de apreciar o cubismo da arte. Sua justificativa para essa relação se devia à percepção das idéias híbridas de estruturas complexas e simples.

Estudos provam que a linguagem, seja no âmbito explícito, implícito ou sublime, desencadeia ações mentais capazes de determinar ou condicionar alterações físicas e/ou comportamentais individuais ou coletivas.

Joseph Goebbels foi o ministro da propaganda na Alemanha de Adolf Hitler e era doutor em Letras e Filosofia. Durante os comícios de divulgação da ideologia nazista, efeitos cênicos de luzes e bandeiras flamulantes criavam expectativa ao discurso envolvente de Adolf Hitler que eram escritos com tinta colorida para determinar os pontos da fala em que a entonação e a modulação da voz deveriam manipular as emoções excitadas dos ouvintes. Goebbels (1933) declara que “ ao se repetir cem vezes que alguém é um tolo, ele acabará acreditando nisso.”

A linguagem dos discursos de Hitler não só retratava ódio aos Judeus, mas implantava no senso comum coletivo esse sentimento contra cerca de seis milhões de judeus mortos em campos de concentração com a conivência e participação de grande parte da sociedade alemã da década de 40.

Outra evidência da influência da linguagem sobre aspectos físico é encontrada nos estudos realizados pela faculdade de medicina da Universidade Federal de São Paulo – USP que mostraram a existência de conexão entre o aprendizado de uma língua estrangeira e alterações morfológicas e operacionais no cérebro de pessoas bilíngües.

Estudos da literatura internacional apontam para uma forte relação do aprendizado das características de línguas distintas com mudanças anatômicas, morfológicas e comportamentais do cérebro. Há trabalhos na literatura internacional que procederam ao estudo do aprendizado e/ou a exposição de um indivíduo a duas línguas caracteristicamente distintas com mudanças anatômicas, morfológicas e comportamentais do cérebro. Isto pode estar correlacionado com o fato de que descendentes de japoneses, falantes do português brasileiro e da língua japonesa, apresentaram um desempenho significativamente melhor do que os outros grupos. (ONODA, 2007).

O comportamento social é susceptível à inferência e repleto de ações dissuasivas e artifícios cujos motivos são lançar luz favorável sobre o ator social que busca a aprovação da sociedade pois, segundo Durkheim (1978), “viver em sociedade significa existir sob a dominação da lógica social”.

Goffman (2002) declara que, em sociedade, um indivíduo “tenta controlar a impressão dos outros” sobre si e apresenta um estratagema usado pelos outros como defesa nesse processo de teatralização da vida real: um confronto entre o que fala e o que infere. Um indivíduo tenta então, esconder-se nas sombras ou penumbras produzidas pelas luzes de suas palavras. Assim segundo Goffman, esse palco é um ciclo de encobrimentos e descobrimentos.

Não resta dúvida de que a linguagem é um instrumento por excelência na construção das máscaras sociais. Além das intenções do falante, no estudo das

inferências, pode-se localizar por trás das palavras um profícuo campo de estudos sociológicos.

No Processo interpretativo, é fundamental despir o pensamento de sua roupagem lingüística retirando as capas da linguagem que são usadas para embrulhá-lo.

Como roupas, a linguagem deve de fato, ser adequada ao tempo e a cada sociedade, mas o real propósito da linguagem deve ser comunicar e compreender explícita ou implicitamente mensagens que retratam e/ou moldam os condicionamentos sociais. Cabe ao receptor desnudar a mensagem, fazendo uma espécie de sondagem interpretativa não só dos elementos lingüísticos bem como os extralingüísticos para o descortinamento das causas e conseqüências do processo social.

O estudo sociológico tem também no estudo da linguagem um extenso campo de pesquisa.

Despir a mensagem das palavras é também uma proposta feita por Frege ao escrever para Husserl em 1906: “A tarefa essencial do lógico consiste em libertar-se da linguagem.” (FREGE, 1906).

Foucault (1966) expressa:

Nós, homens, descobrimos tudo o que está oculto nas montanhas por meio de sinais e correspondências exteriores; e é assim que encontramos todas as propriedades das ervas e tudo o que está nas pedras; isso lhe é revelado pro sinais correspondentes. (FOUCAULT, 1966).

4. Considerações finais

Ao se somarem as contribuições dos autores de obras sociológicas como Durkheim (1978) Goffman (2002), Berger & Luckmann (1994) Bourdieu (2005) Geertz(1997) e outros, chega-se à ilação de que a linguagem pode infiltrar-se no pensamento social influenciando a sociedade e, por ela, sendo influenciada reciprocamente.

Também, há na linguagem o campo do implícito cujas inferências manifestam-se na conversação. Considerando-se a sociologia como uma ciência que visa investigar os fenômenos sociais que acontecem por trás dos bastidores da vida real, usando para isso sinais externos, compreendeu-se que, a linguagem é um dos importantes sinais externos a serem estudados pela sociologia.

A linguagem se entrelaça com outras disciplinas, portanto, as marcas lingüísticas não podem ser o único de estudo da lingüística.

Percebe-se que as crenças sociais assimiladas por meio de inferências são mais indelévels que as oriundas do explícito, além do que, as inferências têm força motriz capaz de gerar, modelar fabricar e reforçar comportamentos sociais e pensamentos individuais e coletivos.

Constatou-se que desde a primeira socialização, os indivíduos interiorizam o mundo por meio de inferências e que a linguagem deve ser a primeira interiorizada. Dessa forma, toda a significação social é tida conforme os padrões interiorizados.

A linguagem determina realizações sociais e é capaz de alterar ou reforçar aspectos físicos e ou mentais individuais, portanto, também de afetar os campos comportamentais coletivos e, dessa forma, pode ser um excelente artifício para o mascaramento de comportamentos sociais, por isso, é vital seu domínio para que os orifícios oriundos da comunicação sejam relevantes ao estudo e compreensão das informações implícitas e ou explícitas que circundam o universo social.

Este trabalho, longe da pretensão de ser um tratado final sobre o assunto, a princípio, objetiva evidenciar que as inferências influenciam retratam, reforçam e a formam condicionamentos das convenções sociais e abrem campo para que novos aprendizados possam ocorrer.

5. Referencias e Citações

- APOLINÁRIO, Pedro. *Grego*. 2ª. ed. São Paulo: IAE, 1980. 212 p.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 476 p.
- BATISTA, Alessandra. LEME, Talita de almeida. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dlo/cejap>> acesso em 10 de mai. 2007, 15:20:31.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. **In Magia Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 248 p.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: Uma Visão Humanística*. 25ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 191 p.
- BLOCK, David. *Identity in the social sciences today*. England: Oxford Biddles ltd. 2007.
- BOURDIEU, Peirre. *A economia das trocas simbólicas*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 368 p.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 285 p.
- DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 609 p.
- ECO, Umberto. *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Àtica, 1991. 304 p.
- FERNANDES, Florestan. K. MARX, F. ENGELS: História. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1984. 191 p.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução à lingüística I. Objetos Teóricos*. 5ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 226 p.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966. 542 p.
- GARNHAM, Alan. *Psycholinguistics-Central Topics*. New York: Routledge, 1985.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do eu na Vida Cotidiana*. 10ª ed. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2002. 236 p.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário de Língua Portuguesa*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 873 p.

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989. 107 p.
- _____. *A coerência Textual*. São Paulo: Contexto, 1997. 95 p.
- _____. *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerda, 2007.
- LAKOFF George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, 2002. 360 p.
- LIPTON, Peter. *Inference to the best explanation*. 2a. ed. New York: Routledge, 2004. 219 p.
- MACEDO, Ana Cristina Pelosi de (Org.). *Faces da Metáfora*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006. 180 p.
- MARCUSCHI, Luis Antonio. *Revista . Veredas v6 N. 1 p. 43 do Código para a Cognição : O Processo Referencial Como Atividade Criativa*. Minas Gerais.
- OTONI, Paulo Roberto. *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: 1998.
- ONODA, Raquel Mari. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*. vol.72 no.6 : *Reconhecimento de padrão temporal e escuta dicótica em descendentes de japoneses, falantes e não-falantes da língua japonesa*. São Paulo Nov./Dec. 2006.
- PAIS, José Paulo. *Vida Cotidiana: Enigmas e Revelações*. São Paulo: Cortez, 2004. 272 p.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 337 p.
- PINKER, Steven. *Como a Mente Funciona*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 666 p.
- POPPER, Raimund Karl. *Conjecturas e Refutações*. 4ª. ed. Editora UNB. Brasília: 1972. 449 p.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 253 p.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevância: comunicação e Cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 397 p.
- VIGOTSKI, L.S. *Pensamento e Linguagem*. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 135 p.